

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2016 e 2015, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

Mercado de Atuação

O Banco RCI Brasil, instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, tem por objeto principal a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o financiamento e/ou arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan.

Eventos Societários

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação resultou na extinção da RCI CFI e no aumento de capital do Banco RCI Brasil, no valor de R\$537.073 mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus atuais acionistas na mesma proporção de sua atual participação.

Patrimônio Líquido e Resultado

O patrimônio líquido atingiu R\$1.331 milhões em 30 de junho de 2016, apresentando evolução de 67,6% em relação a R\$794 milhões em 30 de junho de 2015 em função, principalmente, do aumento de capital (vide eventos societários). O prejuízo apresentado no semestre foi de R\$21 milhões em comparação ao lucro de R\$56 milhões do mesmo período do ano anterior.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2016, os ativos totais atingiram R\$10.052 milhões, e estão representados principalmente pelas operações de crédito e de arrendamento mercantil no montante de R\$8.733 milhões, os quais, reduzidos do valor residual garantido das operações de arrendamento mercantil registrado no passivo, no valor de R\$1.588 milhões, representam uma carteira líquida de R\$7.145 milhões. Em 30 de junho de 2016, as captações de recursos do Banco RCI Brasil estão representadas principalmente por depósitos interfinanceiros no montante de R\$1.466 milhões, recursos de aceites cambiais R\$923 milhões e letras financeiras R\$3.245 milhões.

Conjuntura Econômica

A apreciação do Real frente ao Dólar continuou no segundo trimestre de 2016. A taxa de câmbio, que encerrou o primeiro trimestre em R\$3,56/US\$, cedeu para próximo de R\$3,20/US\$ no fechamento do segundo trimestre. A despeito desse movimento, a economia real segue em contração, impondo um ambiente desafiador para a atividade bancária no Brasil. O mercado de trabalho, como consequência, continua em processo de deterioração e precarização, fato que pode ser verificado pela rápida elevação da taxa de desemprego, que alcançou 11,2% em maio.

As políticas fiscal e monetária não têm contribuído para a recuperação da atividade econômica. As contas públicas seguem sofrendo com os efeitos da recessão sobre a arrecadação de impostos, de forma que o atingimento de resultados superavitários deve demandar mais tempo e mais medidas corretivas do que o esperado anteriormente. Enquanto isso, a sinalização recentemente emitida pelo Bacen esfriou as expectativas de afrouxamento monetário no curto prazo, pois o elevado patamar no qual se encontra a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), não deve permitir que a taxa de juros, atualmente em 14,25%, seja reduzida.

Nesse cenário, a carteira total de crédito cresceu 2,0% em maio de 2016 na comparação com o mesmo mês do ano anterior, o que representa uma desaceleração quando comparado ao ritmo de crescimento observado no último trimestre (alta de 5,3% em fevereiro de 2016 na mesma base de comparação). Esse movimento pode ser observado tanto no crédito com recursos direcionados, cujo crescimento cedeu para 4,4% ao ano, como no crédito com recursos livres, que registrou a primeira queda anual (de 0,2%) desde 2011, quando o Bacen revisou a metodologia da série de dados. A carteira dos bancos públicos também está crescendo em ritmo mais lento do que no passado (5,4% ao ano, ante 10,7% ao ano ao final de 2015), mas continua ganhando participação em relação à dos bancos privados, que registrou queda de 2,0% na comparação anual. O conservadorismo na oferta de concessões por parte dos bancos públicos e privados, a cautela na tomada de crédito por parte dos consumidores e as taxas de juros em alta são fatores que devem manter essa tendência de desaceleração do crédito ao longo dos próximos meses. Contudo, se confirmado o início de um ciclo de redução da taxa básica de juros no final do ano, e se a confiança dos consumidores permanecer em trajetória de recuperação como a observada nas últimas divulgações, o Banco acredita que o crédito deverá voltar a acelerar ao longo de 2017.

Outras Informações

O Banco RCI Brasil tem como política restringir os serviços prestados por seus auditores independentes, de forma a preservar a independência e a objetividade do auditor, em consonância com as normas brasileiras e internacionais. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) 381/2003, informa que no período findo em 30 de junho de 2016, não foram contratados da KPMG Auditores Independentes outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Agradecimentos

A Administração do Banco RCI Brasil agradece aos clientes e acionistas pela confiança depositada.

Curitiba, 12 de agosto de 2016

O Conselho de Administração
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015		Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		4.414.713	174.859	Passivo Circulante		4.765.916	882.896
Disponibilidades	5 & 20.d	37.084	10.498	Depósitos	15.a	1.465.857	64.244
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	197.566	133.500	Depósitos Interfinanceiros		1.465.857	64.244
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		197.566	133.500	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	2.156.180	-
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		272.475	-	Recursos de Aceites Cambiais		500.949	-
Carteira Própria	6.a	223.297	-	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.655.231	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	49.178	-	Outras Obrigações		1.143.879	818.652
Relações Interfinanceiras	7	281.204	-	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		3.051	-
Depósitos no Banco Central		281.204	-	Sociais e Estatutárias		11.830	54.979
Operações de Crédito		3.489.481	-	Fiscais e Previdenciárias	16	35.298	8.412
Setor Privado	9.c	3.300.242	-	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	8.253	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	267.215	-	Diversas	17	1.085.447	755.261
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(77.976)	-				
Operações de Arrendamento Mercantil		(1.624)	(912)				
Setor Privado	9.a	148.399	173.353	Passivo Exigível a Longo Prazo		3.955.639	1.603.521
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(144.058)	(166.722)	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	15.b	2.012.477	-
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(5.965)	(7.543)	Recursos de Aceites Cambiais		422.263	-
Outros Créditos		100.055	22.534	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.590.214	-
Créditos Tributários	10.a	85.528	13.972	Outras Obrigações		1.943.162	1.603.521
Rendas a Receber		2.515	-	Fiscais e Previdenciárias	16	382.267	393.546
Diversos	11	12.012	8.562	Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	64.853	-
Outros Valores e Bens		38.472	9.239	Diversas	17	1.496.042	1.209.975
Outros Valores e Bens		863	1.218				
(Provisões para Desvalorizações)		(12)	-				
Despesas Antecipadas		37.621	8.021				
Ativo Realizável a Longo Prazo		3.233.886	294.794				
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos		72.963	-	Resultados de Exercícios Futuros		4	-
Carteira Própria	6.a	67.965	-	Resultados de Exercícios Futuros		4	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	4.998	-				
Operações de Crédito		2.646.518	-				
Setor Privado	9.c	2.495.236	-	Patrimônio Líquido	19	1.330.657	793.512
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	9.c	255.636	-	Capital Social:		985.225	448.152
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	9.e	(104.354)	-	De Domiciliados no País		393.015	448.152
Operações de Arrendamento Mercantil		3.104	2.624	De Domiciliados no Exterior		592.210	-
Arrendamentos a Receber:				Reservas de Lucros		345.432	345.360
Setor Privado	9.a	220.336	230.699				
(Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil)	9.a	(209.105)	(218.306)				
(Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa)	9.e	(8.127)	(9.769)				
Outros Créditos		488.622	284.418				
Créditos Tributários	10.a	267.713	173.171				
Diversos	11	220.909	111.247				
Outros Valores e Bens		22.679	7.752				
Despesas Antecipadas		22.679	7.752				
Permanente		2.403.617	2.810.276				
Imobilizado de Uso	13	1.758	3				
Outras Imobilizações de Uso		2.943	5				
(Depreciações Acumuladas)		(1.185)	(2)				
Imobilizado de Arrendamento	12	2.399.359	2.810.273				
Bens Arrendados		2.321.473	2.710.794				
Superveniência de Depreciação		1.095.102	1.293.478				
(Depreciações Acumuladas)		(1.017.216)	(1.193.999)				
Intangível	14	2.500	-				
Outros Ativos Intangíveis		5.540	-				
(Amortizações Acumuladas)		(3.040)	-				
Total do Ativo		10.052.216	3.279.929	Total do Passivo		10.052.216	3.279.929

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		868.165	439.070
Operações de Crédito		559.330	-
Operações de Arrendamento Mercantil		403.304	433.775
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		32.290	5.295
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b	(144.124)	-
Resultado das Aplicações Compulsórias		17.365	-
Despesas da Intermediação Financeira		(868.509)	(378.570)
Operações de Captação no Mercado		(416.521)	(5.841)
Operações de Arrendamento Mercantil		(356.395)	(376.032)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(95.593)	3.303
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		(344)	60.500
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(43.706)	9.320
Receitas de Prestação de Serviços		3.131	-
Rendas de Tarifas Bancárias	21	27.490	2.859
Despesas de Pessoal		(13.393)	-
Outras Despesas Administrativas	22	(53.288)	(7.623)
Despesas Tributárias		(4.514)	(3.507)
Outras Receitas Operacionais	23	30.224	38.629
Outras Despesas Operacionais	24	(33.356)	(21.038)
Resultado Operacional		(44.050)	69.820
Resultado não Operacional	25	14.746	21.538
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(29.304)	91.358
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	9.104	(35.286)
Provisão para Imposto de Renda		3.809	(5.038)
Provisão para Contribuição Social		(16.775)	(9.400)
Ativo Fiscal Diferido		22.070	(20.848)
Participação dos Empregados no Lucro		(533)	-
Lucro (Prejuízo) Líquido		(20.733)	56.072
Nº de Ações (Mil)	19	404	243
Lucro (Prejuízo) Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		(51.319)	230.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Reservas de Lucros				Lucros
	Capital	Reserva	Reserva	(Prejuízos)	
	Nota	Social	Legal	Estatutária	
Saldos em 31 de Dezembro de 2014	448.152	19.804	269.484	-	737.440
Lucro Líquido	-	-	-	56.072	56.072
Destinações:					
Reserva Legal	-	2.804	-	(2.804)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	-	-	53.268	(53.268)	-
Saldos em 30 de Junho de 2015	448.152	22.608	322.752	-	793.512
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	448.152	24.845	341.320	-	814.317
Aumento de Capital	2	537.073	-	-	537.073
Prejuízo Líquido	-	-	-	(20.733)	(20.733)
Utilização de Reservas para					
Absorção de Prejuízos	-	-	(20.733)	20.733	-
Saldos em 30 de Junho de 2016	985.225	24.845	320.587	-	1.330.657

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	01/01 a	01/01 a
Nota	30/06/2016	30/06/2015
Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido	(20.733)	56.072
Ajustes ao Lucro (Prejuízo) Líquido	(3.450)	(26.945)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f 95.593	(3.303)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	(99.121)	806
Depreciações e Amortizações	461	-
Provisão de Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais	18.c 9.308	(19.535)
Atualização de Depósitos Judiciais	23 (7.272)	(3.146)
Atualização de Impostos a Compensar	23 (2.419)	(1.767)
Variações em Ativos e Passivos	476.380	82.814
Redução em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	93.015	-
Redução em Operações de Crédito e Operações de Arrendamento Mercantil	849.828	138.881
Aumento em Depósitos no Banco Central	(16.720)	-
Redução (Aumento) em Outros Créditos	70.103	(15.599)
Redução em Outros Valores e Bens	24.379	9.249
Redução em Depósitos	(555.815)	(50.909)
Aumento em Outras Obrigações	79.355	27.539
Imposto Pago	(67.765)	(26.347)
Caixa Líquido Originado em Atividades Operacionais	452.197	111.941
Atividades de Investimento		
Aquisição de Imobilizado de Uso	(21)	-
Aplicações no Intangível	(259)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Investimento	(280)	-
Atividades de Financiamento		
Emissões de Obrigações de Longo Prazo	1.159.467	-
Pagamentos de Obrigações de Longo Prazo	(1.535.050)	-
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(43.083)	-
Caixa Líquido Aplicado em Atividades de Financiamento	(418.666)	-
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	33.251	111.941
Caixa e Equivalentes de Caixa Advindo de Incorporação de Sociedade	32.040	-
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	5	32.057
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	5	234.650
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.		

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		868.165	439.070
Receitas de Prestação de Serviços e Rendas de Tarifas Bancárias		30.621	2.859
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.f	(95.593)	3.303
Outras Receitas e Despesas		11.614	39.129
Despesas da Intermediação Financeira		(772.916)	(381.873)
Insumos de Terceiros		(52.504)	(7.623)
Serviços de Terceiros		(18.461)	(4.748)
Outros		(34.043)	(2.875)
Valor Adicionado Bruto		(10.613)	94.865
Retenções			
Depreciações e Amortizações		(461)	-
Valor Adicionado Bruto a Distribuir		(11.074)	94.865
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal		11.714	-105,8%
Remuneração		8.040	-
Benefícios		2.082	-
FGTS		795	-
Outras		797	-
Impostos, Taxas e Contribuições		(2.379)	21,5%
Federais		(5.960)	36.320
Municipais		3.581	2.473
Remuneração de Capitais de Terceiros - Aluguéis		324	-2,9%
Remuneração de Capitais Próprios		(20.733)	187,2%
Reinvestimentos de Lucros (Prejuízo do Período)		<u>(20.733)</u>	<u>56.072</u>
Total		<u>(11.074)</u>	<u>94.865</u>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional

O Banco RCI Brasil S.A. (atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil) (Banco RCI Brasil ou Companhia), instituição financeira integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander, constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Pasteur, 463 - 2º andar - Conjunto 204 - Batel - Curitiba - PR, tem por objeto principal, a prática de operações de investimento, arrendamento mercantil e crédito, financiamento e investimento, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações atualmente voltadas, principalmente, para o financiamento e arrendamento de veículos das marcas Renault e Nissan, e conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 21 de julho de 2015, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil para Banco RCI Brasil S.A.. Este processo foi homologado pelo Bacen em 28 de outubro de 2015.

2. Reestruturação Societária

Na AGE de 29 de janeiro de 2016 foi aprovado a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (RCI CFI) pelo Banco RCI Brasil, nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil pelo Banco RCI Brasil S.A." celebrado nessa mesma data.

A incorporação reversa da RCI CFI, anteriormente controladora integral do Banco RCI Brasil, resultou na sua extinção e foi sucedida pelo Banco RCI Brasil em todos os seus bens, direitos e obrigações. Na incorporação, foi aumentado o capital social do Banco RCI Brasil no valor de R\$537.073, mediante a emissão de 160 mil novas ações nominativas (39 mil ações ordinárias e 121 mil ações preferenciais), passando o capital social de R\$448.152 para R\$985.225. As atuais 244 mil ações do capital social do Banco RCI Brasil detidas pela RCI CFI e as novas ações emitidas foram atribuídas aos seus acionistas na mesma proporção da participação que detinham na RCI CFI.

A incorporação teve por base os valores contábeis da RCI CFI na data-base de 31 de dezembro de 2015, conforme laudo de avaliação resumido abaixo:

Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo

Disponibilidades	8.115.007
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	32.040
Relações Interfinanceiras	369.066
Operações de Crédito	264.484
Outros Créditos	7.013.151
Outros Valores e Bens	361.649
Permanente	74.617
Investimentos	814.317
Imobilizado de Uso e Intangível	4.436
Total do Ativo	8.933.760
Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo	7.582.365
Depósitos	2.022.538
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	4.397.052
Outras Obrigações	1.162.775
Resultado de Exercícios Futuros	5
Total do Passivo	7.582.370
Patrimônio Líquido	1.351.390
(-) Investimentos	(814.317)
Acervo Líquido Incorporado	537.073

3. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do CMN, do Bacen e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que não conflitam com as normas emitidas pelo Bacen.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas, receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em função da incorporação descrita na nota acima, a comparabilidade das demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2016 com 30 de junho 2015 fica prejudicada.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração na reunião realizada em 12 de agosto de 2016.

4. Principais Práticas Contábeis**a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação do Banco RCI Brasil.

b) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento destinados a "hedge" ou não. As operações efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria, ou que não atendam aos critérios de "hedge" contábil, principalmente derivativos utilizados na administração da exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos no resultado do período.

Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como:

I - "hedge" de risco de mercado; e

II - "hedge" de fluxo de caixa.

Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte:

(1) para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período; e

(2) para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários.

Alguns instrumentos financeiros híbridos são compostos por um instrumento financeiro derivativo e um ativo ou passivo não derivativo. Nestes casos, o instrumento financeiro derivativo representa um derivativo embutido. Os derivativos embutidos são registrados separadamente em relação ao contrato a que estejam vinculados.

O Banco RCI Brasil não possui operações de derivativos classificados como "hedge contábil" para os períodos findos em 30 de junho de 2016 e 2015.

f) Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

A carteira de créditos inclui operações de crédito e operações de arrendamentos mercantil e é demonstrada pelo seu valor presente, considerando os indexadores, taxa de juros e encargos pactuados, calculados "pro rata" dia até a data do balanço. Para operações vencidas a partir de 60 dias o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

Os contratos de arrendamento de bens são registrados pelos correspondentes valores das contraprestações a receber, que indicam os valores das parcelas a vencer dos contratos, em conta de arrendamentos a receber, em contrapartida à conta retificadora de rendas a apropriar. As rendas decorrentes dos contratos de arrendamento são apropriadas pelo valor das contraprestações na data dos vencimentos, conforme determina a Portaria do Ministério da Fazenda (MF) 140/1984.

As cessões de crédito sem retenção de riscos resultam na baixa dos ativos financeiros objeto da operação, que passam a ser mantidos em conta de compensação. O resultado da cessão é reconhecido integralmente, quando de sua realização.

A partir de janeiro de 2012, conforme determinado pela Resolução CMN 3.533/2008 e Resolução CMN 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção de riscos passam a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações, e os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

Normalmente, o Banco RCI Brasil efetua a baixa de créditos para prejuízo quando estes apresentam atraso superior a 360 dias. No

caso de operações de crédito e de arrendamento de longo prazo (acima de 3 anos) são baixadas quando completam 540 dias de atraso. A operação de crédito e de arrendamento baixado para prejuízo é registrado em conta de compensação pelo prazo mínimo de 5 anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos para cobrança.

As provisões para operações de crédito e de arrendamento são fundamentadas nas análises das operações em aberto (vencidas e vincendas), na experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição das provisões, inclusive, exigidas pelas normas do CMN e Bacen.

g) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em exercícios seguintes e são apropriadas ao resultado, de acordo com a vigência dos respectivos contratos de operações de crédito e arrendamento mercantil.

g.1) Comissões Pagas a Correspondentes Bancários

Considerando-se o contido na Resolução 4.294 e Circular Bacen 3.693 de dezembro de 2013, a partir de janeiro de 2015 as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito ficaram limitadas aos percentuais máximos de (i) 6% do valor da nova operação originada e (ii) 3% do valor da operação objeto de portabilidade.

As referidas comissões devem ser integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

A Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014, facultou a possibilidade de aplicação escalonada do procedimento contábil supracitado, conforme abaixo:

a) 2015: Reconhecer integralmente como despesa 1/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor;

b) 2016: Reconhecer integralmente como despesa 2/3 do valor da comissão paga, sendo a diferença ativada e apropriada ao resultado pelo período de 36 meses ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor; e

c) 2017: Reconhecer o valor total da comissão paga integralmente como despesa.

Segundo o contido na Circular Bacen 3.722 de outubro de 2014, os procedimentos contábeis anteriormente descritos devem ser aplicados de forma prospectiva a partir de janeiro de 2015, não trazendo impactos sobre as comissões pagas até dezembro de 2014.

A partir de janeiro de 2020, caso ainda exista no ativo da entidade saldo a amortizar de comissão de venda paga ao correspondente, esse montante deve ser integralmente baixado contra resultado (despesa).

O Banco RCI Brasil optou pela não aplicação temporal dos procedimentos contábeis referenciados pela Circular Bacen 3.738 de dezembro de 2014. Neste sentido com base no contido na Resolução 4.294 e Circular 3.693, as comissões pagas aos agentes intermediários em decorrência da originação de novas operações de crédito e arrendamento mercantil estão sendo integralmente reconhecidas como despesa quando incorridas.

h) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

h.1) Imobilizado de Uso

A depreciação do imobilizado é feita pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: edificações - 4%, instalações, móveis, equipamentos de uso e sistemas de segurança e comunicações - 10%, sistemas de processamento de dados e veículos - 20% e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10% ou até o vencimento do contrato de locação.

h.2) Imobilizado de Arrendamento

Os bens objeto dos contratos de arrendamento celebrados na vigência das Portarias MF 140/1984 e MF 113/1988 são depreciados segundo os prazos de vida útil-econômica estabelecidos pela legislação tributária, reduzidos em 30% desde que atendidos os requisitos estabelecidos.

h.3) Intangível

Os gastos classificados no ativo intangível são amortizados pelo prazo máximo de 5 anos quando se referem à aquisição e desenvolvimento de logiciários.

h.4) Insuficiência/Superveniência de Depreciação

Constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Circular Bacen 1.429/1989, resulta da diferença entre o valor contábil dos contratos de arrendamento e o valor presente das respectivas contraprestações, calculada com base na taxa interna de retorno. De acordo com essa Circular, o valor contábil dos contratos é determinado pela soma das seguintes contas: arrendamentos a receber, valores residuais a realizar e a balancear, rendas de arrendamentos a apropriar, imobilizado de arrendamento, perdas em arrendamentos a amortizar, depreciações e amortizações acumuladas, bens não de uso próprio e credores por antecipação de valor residual. A referida Circular não requer a reclassificação dos saldos do ativo permanente para o ativo circulante e realizável a longo prazo e receitas e despesas de arrendamento mercantil. Tais ajustes são apresentados pelo saldo da conta de insuficiência/superveniência de depreciação no permanente. O imposto de renda correspondente à superveniência ou à insuficiência é representado pelo saldo da conta de provisão para imposto de renda diferido ou créditos tributários, respectivamente.

h.5) Perdas em Arrendamentos a Amortizar

Correspondem a perdas apuradas na venda de bens pelo valor residual dos contratos que são amortizadas pelo respectivo prazo remanescente de vida útil dos bens arrendados. O saldo correspondente às perdas a amortizar, para efeito das demonstrações financeiras, está reclassificado para a rubrica "bens arrendados".

i) Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciárias

O Banco RCI Brasil é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Os processos judiciais e administrativos são reconhecidos contabilmente com base na natureza, complexidade e histórico das ações e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos.

As provisões são constituídas quando o risco de perda da ação judicial ou administrativa for avaliado como provável e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, com base nas melhores informações disponíveis. As provisões incluem as obrigações legais, processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras. São total ou parcialmente revertidas quando as obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco RCI Brasil. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos, mas sim divulgados nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

j) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins)
O PIS (0,65%) e a Cofins (4,00%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da Cofins são registradas em despesas tributárias.

k) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)
O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A CSLL é calculada pela alíquota de 20% para as instituições financeiras e pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização (15% até agosto de 2015) e 9% para as demais empresas, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A alíquota da CSLL para as instituições financeiras, pessoas jurídicas de seguros privados e as de capitalização foi elevada de 15% para 20% para o período-base compreendido entre 1 de setembro de 2015 e 31 de dezembro de 2018, nos termos da Lei 13.169/2015 (resultado da conversão em Lei da Medida Provisória (MP) 675/2015).

Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre as diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre os prejuízos fiscais e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos. O reconhecimento dos créditos tributários e passivos diferidos é efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período em que se estima a realização do ativo e a liquidação do passivo.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros. A expectativa de realização dos créditos tributários, conforme demonstrada na Nota 10.b, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

l) Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis e premissas utilizadas pela Administração para a preparação das demonstrações financeiras são revisadas pelo menos trimestralmente, sendo apresentadas a seguir as principais estimativas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo período quando comparados com os montantes reais, tais como: valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e a realização dos créditos tributários. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos de forma prospectiva.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2016	31/12/2015	30/06/2015	31/12/2014
Disponibilidades	37.084	6.175	10.498	4.046
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	197.566	163.184	133.500	28.011
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	197.566	163.184	133.500	28.011
Total	234.650	169.359	143.998	32.057

Continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos
a) Carteira Própria

Cotas - Venda de Veículos Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (Venda de Veículos FIDC)⁽¹⁾

Cotas - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios RCI Brasil I - Financiamento de Veículos (FI Direitos Creditórios RCI Brasil I)⁽¹⁾

	30/06/2016	30/06/2015
Total	223.297	-
Circulante	291.262	-
Longo prazo	223.297	-
Longo prazo	67.965	-

⁽¹⁾ Referem-se a cotas subordinadas.

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

	30/06/2016			30/06/2015		
	Valor Referencial	Curva	Mercado	Valor Referencial	Curva	Mercado
Ativo	5.322.977	5.322.977	5.360.895	-	-	-
Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI)	5.322.977	5.322.977	5.360.895	-	-	-
Passivo	5.295.632	(5.295.632)	(5.379.825)	-	-	-
Taxa de Juros Pré-Reais	5.295.632	(5.295.632)	(5.379.825)	-	-	-
"Swap" - Negociação	27.345	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Total Diferencial a Receber	54.176	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Circulante	49.178	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Longo prazo	4.998	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Total Diferencial a Pagar	(73.106)	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Circulante	(8.253)	(18.930)	(18.930)	-	-	-
Longo prazo	(64.853)	(18.930)	(18.930)	-	-	-

Em 30 de junho de 2016, o valor referencial das operações de swap foram registradas na Cetip, das quais R\$1.203.261 possuem vencimento até 3 meses, R\$2.139.097 de 3 a 12 meses e R\$1.980.619 acima de 12 meses.

Foram reconhecidos despesas com instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$144.124 no semestre.

7. Relações Interfinanceiras

O saldo de R\$281.204 da rubrica relações interfinanceiras é composto por créditos vinculados, representados na sua totalidade por depósitos em espécie efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos a prazo e recursos de aceites cambiais e adicional sobre depósitos.

8. Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. As informações foram produzidas com base no conteúdo dos sistemas produtos e da contabilidade, sendo que os cálculos foram realizados de acordo com as metodologias utilizadas pela Administração do Banco. Nesse sentido, os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, mantidas com intenção de negociação e a carteira "banking" consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco RCI Brasil.

O Banco RCI Brasil efetua a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente em suas posições:

O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos do Banco RCI Brasil, referente a carteira "banking", para cada um dos cenários da carteira. Em 30 de junho de 2016 não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira "Banking" Fatores de Risco	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Taxa de Juros em Reais	Exposições sujeitas à Variação de Taxas de Juros Pré-Fixadas	(337)	(10.273)	(20.124)
Inflação	Exposições sujeitas à Variação das Taxas de Cupons de Índices de Preços	(3)	(50)	(100)
Total ⁽¹⁾		(340)	(10.323)	(20.224)

⁽¹⁾ Valores líquidos de efeitos fiscais.

Cenário 1: Uma situação considerada provável pela administração. Com base nas informações de mercado, foram aplicados choques de 10 pontos base para taxa de juros e 1% para variação de preços (moedas).

Cenário 2: uma situação, com deterioração de 25% na variável de risco considerada.

Cenário 3: uma situação, com deterioração de 50% na variável de risco considerada.

9. Carteira de Crédito, Arrendamento e Provisão para Perdas

Os contratos de arrendamento são pactuados a taxas pré-fixadas e têm cláusula de opção de compra, renovação do arrendamento ou devolução ao final do contrato.

a) Carteira de Arrendamento

	30/06/2016	30/06/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	1.081.897	1.231.488
Arrendamentos a Receber	368.735	404.052
Valores Residuais a Realizar ⁽¹⁾	713.162	827.436
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(353.163)	(385.028)
Valores Residuais a Balancear	(713.162)	(827.436)
Outros Valores e Bens	851	1.218
Imobilizado de Arrendamento (Nota 12)	2.399.359	2.810.273
Credores por Antecipação de Valor Residual (Nota 17)	(1.588.214)	(1.861.890)
Total da Carteira de Arrendamento a Valor Presente	827.568	968.625
Circulante	408.923	492.827
Longo Prazo	418.645	475.798

⁽¹⁾ Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

A receita financeira não realizada de arrendamento mercantil (receita de arrendamento mercantil a apropriar referente aos pagamentos mínimos a receber) é de R\$254.329 (30/06/2015 - R\$262.863).

Em 30 de junho de 2016 e 30 de junho de 2015, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que fossem considerados relevantes em comparação com o total da carteira.

b) Carteira de Arrendamento por Vencimento

	30/06/2016	30/06/2015
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil		
Vencidas	12.651	15.885
A Vencer:		
Até 1 Ano	447.206	537.021
De 1 a 5 Anos	616.748	678.370
Acima de 5 Anos	5.292	212
Total	1.081.897	1.231.488
Circulante	408.923	492.827
Longo Prazo	672.974	738.661

Carteira de Arrendamento a Valor Presente

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	10.529	13.364
A Vencer:		
Até 1 Ano	408.923	492.827
De 1 a 5 Anos	406.387	462.355
Acima de 5 Anos	1.729	79
Total	827.568	968.625

c) Carteira de Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito:		
Financiamentos - Vendor	903.477	-
Financiamentos - CDC Veículos	4.892.001	-
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	522.851	-
Total	6.318.329	-
Circulante	3.567.457	-
Longo Prazo	2.750.872	-

Carteira por Vencimento - Operações de Crédito

	30/06/2016	30/06/2015
Vencidas	57.463	-
A Vencer:		
Até 3 Meses	1.362.124	-
De 3 a 12 Meses	2.205.333	-
De 1 a 5 Anos	2.686.163	-
Acima de 5 Anos	7.246	-
Total	6.318.329	-

Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1 de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriada ao resultado do período.

(f) Com Retenção Substancial de Riscos e Benefícios

Em 2016, o Banco efetuou cessão de créditos com coobrigação referente a financiamento de veículos no montante de R\$134.158. Houve a incorporação do saldo de cessão no valor de R\$27.404 referente ao ano de 2016 e o valor de R\$837.270 referente a 2015. O valor presente das operações é de R\$522.851.

d) Carteira de Crédito e Arrendamento por Setor de Atividades

	30/06/2016	30/06/2015
Setor Privado		
Indústria	40.350	2.073
Comércio	1.004.836	11.816
Instituições Financeiras	53	1
Serviços e Outros	230.193	16.001
Pessoas Físicas	5.870.056	938.734
Agricultura	409	-
Total	7.145.897	968.625

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa sobre Carteira a Valor Presente Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Carteira de Créditos			Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾
AA	-	70.519	-	70.519	-	-
A	0,5%	5.615.463	-	5.615.463	28.077	23.764
B	1%	651.958	205.381	857.339	8.573	-
C	3%	213.059	163.692	376.751	11.303	-
D	10%	18.910	46.058	64.968	6.497	-
E	30%	17.661	22.559	40.220	12.066	-
F	50%	361	20.127	20.488	10.244	-
G	70%	-	14.170	14.170	9.919	-
H	100%	3.219	82.760	85.979	85.979	-
Total		6.591.150	554.747	7.145.897	172.658	23.764

Nível de Risco	% Provisão Requerida	Carteira de Créditos			Provisão	
		Curso Normal	Curso Anormal ⁽¹⁾	Total	Requerida	Adicional ⁽²⁾
AA	-	3.594	-	3.594	-	-
A	0,5%	860.974	-	860.974	4.305	-
B	1%	23.405	28.890	52.295	523	-
C	3%	4.992	23.456	28.448	854	-
D	10%	3.161	6.150	9.311	931	-
E	30%	38	2.114	2.152	646	-
F	50%	-	2.300	2.300	1.150	-
G	70%	-	2.159	2.159	1.511	-
H	100%	-	7.392	7.392	7.392	-
Total		896.164	72.461	968.625	17.312	-

⁽¹⁾ Inclui parcelas vincendas e vencidas.

⁽²⁾ A provisão adicional é constituída com base principalmente na expectativa de realização da carteira de crédito, em adição ao requerido pela regulamentação vigente.

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Saldo Inicial	15.508	21.264
Constituição (Reversão)	95.593	(3.303)
Baixas	(81.267)	(649)
Incorporação (Nota 2)	166.588	-
Saldo Final	196.422	17.312
Circulante	83.941	7.543
Longo Prazo	112.481	9.769

Foram recuperados no período, créditos no valor de R\$6.829 (2015 - R\$1.965), registrados como receita da intermediação financeira nas rubricas de operações de crédito.

10. Créditos Tributários
a) Natureza e Origem dos Créditos Tributários

	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	9.163	119.411	20.982	(8.787)	140.769
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.318	4.505	204	(266)	5.761
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	11.252	6.042	3.211	109	20.614
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	44	1.118	245	(106)	1.301
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	1.397	25.441	-	26.838
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	152	2.756	-	2.908
Participações no Lucro, Bônus e Gratificações de Pessoal	-	1.961	240	(1.584)	617
Outras Provisões Temporárias	724	16.387	401	-	17.512
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	22.501	150.973	53.480	(10.634)	216.320
Prejuízos Fiscais	154.940	-	-	(18.019)	136.921
Total dos Créditos Tributários ⁽¹⁾	177.441	150.973	53.480	(28.653)	353.241
Circulante	13.395	-	-	-	85.528
Longo Prazo	164.046	-	-	-	267.713

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2015
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	10.353	302	(949)	9.706
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	1.049	415	(217)	1.247
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	18.503	1.382	(11.169)	8.716
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas	41	-	-	41
Outras Provisões Temporárias	228	5	-	233
Total dos Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias	30.174	2.104	(12.335)	19.943
Prejuízos Fiscais	177.817	-	(10.617)	167.200
Total dos Créditos Tributários	207.991	2.104	(22.952)	187.143
Circulante	10.555	-	-	13.972
Longo Prazo	197.436	-	-	173.171

⁽¹⁾ Considerando os efeitos temporários trazidos pela Lei 13.169/2015, que elevou a alíquota da contribuição social para 20% até 31 de dezembro de 2018, os créditos tributários foram contabilizados de acordo com a expectativa de realização.

b) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários

Ano	Diferenças Temporárias			Prejuízos Fiscais	
	IRPJ	CSLL	PIS/COFINS	Fiscais	Total
2016	22.556	17.663	728	-	40.947
2017	49.131	38.577	1.454	-	89.16

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado
15. Captação de Recursos
a) Depósitos

	30/06/2016			30/06/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Depósitos Interfinanceiros	502.068	963.789	-	1.465.857	64.244	-
Total	502.068	963.789	-	1.465.857	-	-
Circulante				1.465.857	64.244	
b) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos						
	30/06/2016			30/06/2015		
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total	Total
Recursos de Aceites Cambiais ⁽¹⁾	339.990	160.959	422.263	923.212	-	-
Letras Financeiras ⁽²⁾	65.330	1.589.901	1.590.214	3.245.445	-	-
Total	405.320	1.750.860	2.012.477	4.168.657	-	-
Circulante				2.156.180		
Longo Prazo				2.012.477		

⁽¹⁾ São constituídas por títulos cambiais pactuados com taxas pós-fixadas de 100% a 104% do CDI.

⁽²⁾ As principais características das Letras Financeiras são: Prazo mínimo de dois anos, valor nominal de R\$2.953.700 e permissão para que o emissor resgate antecipadamente apenas 5% do montante emitido. Possuem prazo de vencimento até maio de 2019.

16. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias compreendem os impostos e contribuições a recolher e valores questionados em processos judiciais e administrativos.

	30/06/2016		30/06/2015	
	Provisão	Recolhido	Provisão	Recolhido
Provisão para Tributos Diferidos	281.524	-	323.724	-
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 18.b)	104.642	-	70.507	-
Impostos e Contribuições a Pagar	2.225	-	456	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	29.174	-	7.271	-
Total	417.565	-	401.958	-
Circulante	35.298	-	8.412	-
Longo Prazo	382.267	-	393.546	-

Natureza e Origem dos Passivos Tributários Diferidos

	30/06/2016				30/06/2015				
	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - IR/CS	-	53.000	-	(46.016)	6.984	-	-	-	-
Ajuste ao Valor de Mercado para Títulos para Negociação e Derivativos - Pis/Cofins	-	5.744	-	(4.987)	757	-	-	-	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	299.747	-	-	(25.971)	273.776	-	-	-	-
Comissões Diferidas	48	37	-	(78)	7	-	-	-	-
Total	299.795	58.781	-	(77.052)	281.524	-	-	-	-

	30/06/2016				30/06/2015				
	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização	Saldo em 30/06/2016	Saldo em 31/12/2015	Incorporação	Constituição	Realização
Superveniência de Arrendamento Mercantil	342.563	-	-	(19.193)	323.370	-	-	-	-
Comissões Diferidas	1.204	-	-	(850)	354	-	-	-	-
Total	343.767	-	-	(20.043)	323.724	-	-	-	-

17. Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016		30/06/2015	
	Provisão	Recolhido	Provisão	Recolhido
Cretores por Antecipação de Valor Residual (Nota 9.a)	1.588.214	-	1.861.890	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas e Cíveis (Nota 18.b)	16.622	-	3.221	-
Taxas de Equalização e Subsídios de Taxas de Juros	427.036	-	88.416	-
Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão de Créditos	485.779	-	-	-
Outras	63.838	-	11.709	-
Total	2.581.489	-	1.965.236	-
Circulante	1.085.447	-	755.261	-
Longo Prazo	1.496.042	-	1.209.975	-

18. Provisões, Passivos Contingentes, Ativos Contingentes e Obrigações Legais-Fiscais e Previdenciárias
a) Ativos Contingentes

Em 30 de junho de 2016 e 2015, não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Saldos Patrimoniais das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais por Natureza

	30/06/2016		30/06/2015	
	Provisão	Recolhido	Provisão	Recolhido
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais (Nota 16)	104.642	-	70.507	-
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos (Nota 17)	16.622	-	3.221	-
Ações Trabalhistas	3.063	-	102	-
Ações Cíveis	13.559	-	3.119	-
Total	121.264	-	73.728	-

c) Movimentação das Provisões para Processos Judiciais e Administrativos e Obrigações Legais

	01/01 a 30/06/2016				01/01 a 30/06/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	32.550	102	3.066				
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	2.589	475	3.111	-	-	-	
Atualização Monetária	3.133	-	-	-	-	-	
Pagamentos	(316)	-	(2.631)	-	-	-	
Incorporação (Nota 2)	66.686	2.486	10.013	-	-	-	
Saldo Final	104.642	3.063	13.559				
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	141.317	-	-	-	-	-	
	01/01 a 30/06/2015				01/01 a 30/06/2015		
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis		Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldo Inicial	91.088	102	2.624				
Constituição Líquida de Reversão ⁽¹⁾	(24.026)	-	1.037	-	-	-	
Atualização Monetária	3.454	-	-	-	-	-	
Pagamentos ⁽²⁾	(9)	-	(542)	-	-	-	
Saldo Final	70.507	102	3.119				
Depósitos em Garantia - Outros Créditos	72.628	-	-	-	-	-	

⁽¹⁾ Riscos fiscais contemplam as constituições de provisões para impostos relacionados a processos judiciais e administrativos e obrigações legais, contabilizados em despesas tributárias, outras despesas operacionais e IR e CSLL. No exercício de 2015, inclui reversão de provisão no processo relativo a Pis e Cofins.

⁽²⁾ Em 2015, inclui o valor referente às antecipações de CSLL que reduzem o valor da provisão fiscal decorrente do questionamento da majoração da alíquota da CSLL imposta pela MP 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008.

d) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Fiscal e Previdenciária

São processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias. Os principais processos são: **PIS e Cofins** - R\$11.992 (30/06/2015 - R\$11.054): o Banco RCI Brasil ajuizou medida judicial visando a afastar a aplicação da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e Cofins para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação às entidades não financeiras, eram tributadas pelo PIS e pela Cofins apenas as receitas de prestação de serviços e de venda de mercadorias. No semestre findo em 30 de junho de 2015, houve reversão de provisão no montante de R\$27.922 em virtude de reavaliação do cálculo do valor provável na hipótese da sentença ser desfavorável.

Majoração de Alíquota da CSLL - R\$92.629 (30/06/2015 - R\$59.117): o Banco RCI Brasil ajuizou ação judicial visando a afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam anteriormente sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a referida legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008. As ações judiciais ainda estão pendentes de julgamento.

e) Processos Judiciais e Administrativos de Natureza Cível

São ações judiciais de caráter predominantemente indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a arrendamentos mercantis.

As ações revisionais referem-se a operações de arrendamento mercantil, através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais.

As ações cíveis são provisionadas de acordo com a avaliação individual realizada, sendo as provisões constituídas com base na fase de cada processo, na lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

f) O Banco RCI Brasil não possui passivos contingentes classificados como risco de perda possível individualmente significativo. Os passivos contingentes, totalizaram em aproximadamente R\$53.480 para ações cíveis, R\$4.261 para ações trabalhistas e R\$27.551 para ações fiscais (30/06/2015 - R\$7.507 para ações cíveis e R\$27.278 para ações fiscais). A natureza das ações se assemelham as descritas nos itens "d" e "e".

19. Patrimônio Líquido
a) Capital Social

Em 30 de junho de 2016 o capital social no valor de R\$985.225 (30/06/2015 - R\$448.152) é composto por ações ordinárias e preferenciais, sem valor nominal, assim demonstrado (em unidade de ações):

	Ordinárias			Preferenciais			Total		
	Provisão	Recolhido	Total	Provisão	Recolhido	Total	Provisão	Recolhido	Total
De Domiciliados no País	80.784	-	80.784	80.556	-	80.556	161.340	-	161.340
De Domiciliados no Exterior	121.728	-	121.728	121.385	-	121.385	243.113	-	243.113
Total	202.512	-	202.512	201.941	-	201.941	404.453	-	404.453

b) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas conferem todos os demais direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além da prioridade na distribuição dos dividendos e adicional de 10% sobre os dividendos pagos às ações ordinárias e no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2015, foram provisionados juros sobre o capital próprio no montante de R\$22.060 (R\$4.243,78 para ações ordinárias e R\$4.668,15 para ações preferenciais, em reais por ação), atribuídos ao dividendo mínimo obrigatório sobre o lucro líquido do exercício de 2015. O saldo foi parcialmente pago em 17/02/2016 no valor líquido de imposto de renda de R\$7.480.

Na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 31 de dezembro de 2015, foi aprovado o pagamento de dividendos intercalares com base no lucro até novembro de 2015, no montante de R\$35.603 (R\$6.849,00 para ações ordinárias e R\$7.533,91 para ações preferenciais em reais por ação), pagos em 14/06/2016.

c) Reservas Estatutárias

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício foi destinado para a reserva para reforço de capital de giro, com a finalidade de garantir os meios financeiros para a operação da Companhia, limitada a 100% do capital social, podendo ser utilizada para futuros aumentos de capital.

d) Reserva Legal

De acordo com a legislação societária brasileira, 5% para constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% do capital. Esta reserva tem como finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

20. Partes Relacionadas
a) Remuneração de Pessoal-Chave da Administração

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) do Banco RCI Brasil realizada em 29 de abril de 2016, foi aprovado o montante global anual da remuneração dos administradores e para o ano de 2016 foi fixado o valor máximo de R\$3.436 (2015 - R\$10). A Companhia é parte integrante do Grupo RCI Banque e do Conglomerado Santander e seus Administradores são remunerados pelos cargos que ocupam na RCI Banque e no Banco Santander.

b) Benefícios de Curto Prazo

	01/01 a 30/06/2016		01/01 a 30/06/2015	
	Provisão	Recolhido	Provisão	Recolhido
Salários e Honorários do Conselho de Administração e Diretoria Executiva				
Remuneração Fixa	526	-	-	-
Outras	508	-	-	-
Total	1.034	-	-	-

Adicionalmente, foram recolhidos encargos sobre a remuneração da administração no montante de R\$259 no semestre.

b) Operações de Crédito

Nos termos da legislação vigente, não são concedidos empréstimos ou adiantamentos envolvendo:

- diretores, membros dos Conselhos de Administração e do Comitê de Auditoria, bem como seus respectivos cônjuges e parentes, até o segundo grau;
- pessoas físicas ou jurídicas que participem no capital da Companhia, com mais de 10%;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, a Companhia;
- pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer dos diretores, membros do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria ou administradores da própria instituição financeira, bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau.

c) Participação Acionária

O Banco RCI Brasil é uma joint-venture, cujo capital pertence 60,11% à RCI Banque - empresa do Grupo Renault e 39,89% ao Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

d) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade, incluindo taxas de juros, prazos e garantias, e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Disponibilidades	37.084	10.498	-	-
Banco Santander ⁽³⁾	37.084	10.498	-	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	90.047	133.500	6.459	4.369
RCI Brasil ⁽²⁾	-	133.500	-	4.369
Banco Santander ⁽³⁾	90.047	-	6.459	-
Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	291.262	-	17.517	-
Venda de Veículos FIDC	223.297	-	14.738	-
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I	67.965	-	2.779	-
Operações de Crédito ⁽⁷⁾	531.802	-	37.237	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	5.202	-	19.850	-
Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. ⁽⁴⁾	699	-	3.578	-
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	3.050	-	13.809	-
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I	522.851	-	-	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas ⁽⁶⁾	68.132	8.456	178.135	27.450
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	61.042	8.056	137.131	21.323
Nissan do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	4.797	400	41.004	6.127
Banco Santander ⁽³⁾	28	-	-	-
FI Direitos Creditórios RCI Brasil I	2.227	-	-	-
Administradora de Consórcio RCI Brasil	38	-	-	-
Depósitos Interfinanceiros	(907.003)	-	(68.522)	-
Banco Santander ⁽³⁾	(907.003)	-	(68.522)	-
Recursos de Aceites Cambiais	(369.391)	-	(22.562)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(369.391)	-	(22.562)	-
Letras Financeiras	(189.451)	-	(17.952)	-
Renault do Brasil S.A. ⁽⁴⁾	(189.451)	-	(17.952)	-
Dividendos e Bonificações a Pagar	(11.326)	(

BANCO RCI BRASIL

BANCO RCI BRASIL S.A.
(Atual denominação social da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil)

CNPJ nº 62.307.848/0001-15

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente
Gianluca de Ficchy**Suplente do Presidente do Conselho**
Alain Gérard Ballu

Conselheiros Efetivos

Angel Santodomingo Martell

Andre de Carvalho Novaes

Dominique Edmond Pierre Signora

Patrick Jean Michel Claude

Thierry Gérard Alaux

Conselheiros Suplentes

Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Conrado Engel

Nilton Sergio Silveira Carvalho

DIRETORIA

Diretor Presidente/Diretor de Risco
Géraud Henri Louis Lecerf**Diretor de Relações Institucionais**
Andre de Carvalho Novaes**Diretor CrediNissan**
(Vago)**Diretor Administrativo Financeiro**
Andrea Veronica Arrossi de Mazzucchelli

Contador

André Miguel do Nascimento - CRC 1SP 191241/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas do Banco RCI Brasil S.A.
Curitiba - PR

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco RCI Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras

O Banco registra as suas operações de arrendamento mercantil e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa às demonstrações financeiras n.º 4.h.4. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registrados de acordo com as disposições da Lei n.º 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e

realizável a longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do patrimônio líquido e do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco RCI Brasil S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase

Incorporação

Conforme mencionado na nota explicativa n.º 2, em 29 de janeiro de 2016 foi aprovada a incorporação da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil ("CFI RCI Brasil") pelo Banco RCI Brasil S.A. nos termos do "Instrumento Particular de Protocolo e Justificação de Incorporação". A incorporação resultou na extinção da CFI RCI Brasil e no aumento de capital do Banco RCI Brasil S.A. Conforme mencionado na nota explicativa n.º 3, em função da incorporação, a comparabilidade das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2016 com 30 de junho de 2015 fica prejudicada. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração do Banco, para o semestre findo em 30 de junho de 2016, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária pelo Banco. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 12 de agosto de 2016

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-PRJoão Paulo Dal Poz Alouche
Contador CRC 1SP245785/O-2

* SOLIDARIEDADE

Anjos levam esperança a quem tem câncer

Fotos: Hugo Harada / Gazeta do Povo

Projeto de Curitiba entregou no ano passado 1,4 mil anjos de tecido a pacientes de oncologia

Antoniele Luciano

Especial para Gazeta do Povo

Derivada do latim *angelus*, a palavra anjo carrega o significado de mensageiro. No projeto "Anjos do Bem", de Curitiba, anjos de tecido, confeccionados por centenas de voluntárias, têm como missão levar a mensagem da esperança a pessoas em tratamento contra o câncer. A iniciativa, criada há dois anos pela artesã Mariah Rodak, de 50 anos, resultou, em 2015, na entrega de 1,4 mil anjos para pacientes de oncologia. Neste ano, a meta é, no mínimo, manter esse número. As doações estão previstas para ocorrer durante o Outubro Rosa.

Mariah decidiu iniciar a campanha depois que entregou um anjo de Natal ao tio, que estava internado na UTI. Ele tinha câncer no pulmão e já estava descrente quanto a um possível progresso no tratamento. "Receber o anjo foi algo



O projeto "Anjos do Bem" foi criado há dois anos pela artesã Mariah Rodak após ela entregar uma peça a um tio que estava na UTI.

que ajudou a motivá-lo a acreditar na sua melhora. Depois disso, tive um 'estalo' e comecei a campanha."

O primeiro passo foi um curso online para ensinar o artesanato a pessoas dispostas a abraçar o projeto. A ideia era que, ao invés de pagar as aulas para a artesã, os alunos enviassem os anjos pelo Correio depois de prontos. "Pessoas de vários estados e até de Portugal fizeram as aulas e mandaram os anjos", afirma Mariah. Parale-

lo a isso, ela montou workshops em ateliês parceiros de Curitiba e uma oficina permanente no salão de festas de um condomínio no Novo Mundo.

A ajuda ao projeto vem de diversas formas. Há as voluntárias que participam dos workshops e, ao fim da aula, doam os anjos; voluntárias que ajudam a ensinar as alunas; empresários que cedem espaços de seus ateliês; fabricantes que doam materiais; e amigos que colaboram na di-

vulgação da iniciativa. "O projeto foi abraçado por muita gente. É muito bonito ver o brilho nos olhos de quem recebe os anjos", diz a artesã. "É uma forma de levar carinho, renovar as esperanças deles."

No ano passado, os anjos foram doados para pacientes de 40 instituições, entre hospitais e salas de quimioterapia. Parte da entrega foi registrada pela TV e sensibilizou quem assistiu à iniciativa.

A aposentada Guiomar

Para ajudar

A confecção dos anjos segue até o fim de setembro. Interessados em colaborar podem obter mais informações em <http://campanhaanjosdobem.blogspot.com.br>.

Zagonel, de 85 anos, procurou saber mais sobre o projeto após ver uma reportagem. "Eu e minha filha começamos a procurar onde era o curso. Gostei muito da proposta."